

AGRONEGÓCIO

Com projetos de irrigação para o clima semiárido, o Vale do São Francisco produz frutas o ano inteiro para exportação. Petrolina e Juazeiro são centros de destaque

Bruna Pauxis/CB/D.A Press



Parreiras mantidas no distrito de irrigação Nilo Coelho: projetos conduzidos pela Codevasf têm parceria com cooperativas de agricultores

O doce sabor que vem do Velho Chico

» BRUNA PAUXIS

Petrolina (PE) — É do Vale do São Francisco que brota quase a totalidade da exportação brasileira de uvas de mesa para o mundo. O solo árido da caatinga é responsável por um importante nicho do agronegócio. Graças a projetos de irrigação e qualificação de agricultores desenvolvidos ao longo de décadas, essa região tem características que põem por terra a ideia de que as parreiras só dão fruto em terrenos de clima ameno. Pelo contrário, o calor ardente do sertão é sinônimo de riqueza.

“Esse Sol forte é o que deixa a fruta mais doce, desenvolve o Brix, que mede o grau de doçura da fruta. Aqui temos essa claridade do tempo inteiro, e irrigando o solo, produzimos as melhores frutas”, conta Fernando Galarza, gerente operacional da Zanlorenzi Bebidas, em Petrolina. A fábrica é um dos diversos empreendimentos que trabalham na produção de vinhos, sucos e base de espumante a partir das frutas cultivadas no sertão. “Enquanto no Sul temos uma colheita por ano, por conta do clima, aqui temos três ou quatro, porque o Sol é sempre presente”, comparou Galarza.

A empresa Campo Largo, que está crescendo, produz apenas uma pequena parte de suas frutas. A maior quantidade é comprada de produtores, como Edmilson Alves, de 56 anos. Dono de uma propriedade em Senador Nilo Coelho, em Petrolina, o agricultor dá continuidade a um trabalho de gerações. “Comecei a cultivar com meu pai. Tenho essa propriedade há 30 anos, plantando e colhendo uvas. Meu pai plantou o primeiro hectare, que depois passei a cuidar. Dos meus filhos, um cursou agronomia e deve assumir a plantação”, relata.

A paixão familiar pelo cultivo é traço da agricultura. Do outro lado da ponte Presidente Dutra, que divide Juazeiro e Petrolina, a Fazenda Special Fruit, criada por Suemi Koshiyama, de 72 anos, é também próspera com a família. Nascido no Japão, Suemi chegou ao Brasil em 1959, aos cinco anos. Em 1983, ele veio para o sertão pernambucano com a esposa Vanda, os três filhos e um sonho: produzir uva. “Eu acreditava que poderíamos prosperar aqui, era um tiro no escuro, mas deu certo”, conta Suemi.

Passados mais de 40 anos desse período desbravador, o nome de Suemi está estampado em milhões de caixas de frutas no Brasil, Europa, Coreia e Japão. A empresa exporta 24 milhões de quilos de frutas por ano e é responsável

Bruna Pauxis/CB/D.A Press



Suemi Koshiyama, de 72 anos, produz frutas que são exportadas para diversos países

Pomar fértil

Em 2024, as áreas irrigadas pela Codevasf produziram 4,4 milhões de toneladas de frutas. No ano passado, mais de 97% da uva e 90% da manga para exportação saíram da região do São Francisco.

Uva	50%
Manga	18%
Banana	15%
Cana-de-açúcar	3%
Goiaba	2%
Outros	12%

pela maior parte das mangas que o Brasil oferece para o mundo. “São clientes de décadas. É uma relação de confiança muito difícil de ser construída e muito fácil de ser perdida”, conta o produtor.

Irrigação

A agricultura no Vale do São Francisco passou a crescer, principalmente, com os projetos de irrigação na região. Impulsionadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), foram plantados 39 perímetros de irrigação, com 125 mil hectares de área cultivada.

A área é equivalente a 175 mil campos de futebol, a maior parte em Pernambuco e na Bahia.

A estatal organiza o espaço por meio de cooperativas ligadas à Codevasf, que atuam nos chamados Distritos de Irrigação. Eles funcionam como a administração de um condomínio e gerenciam a área irrigada a dividindo por cada lote de terra, realizando melhorias no local, além de oferecer segurança e patrulha.

“Os distritos de irrigação transformam a economia local. Um pequeno produtor passa a ter uma renda maior, porque o segredo do projeto de irrigação é segurança hídrica. Ela é que garante produtividade maior e mais segura e, consequentemente, um aumento da renda. A qualidade da fruta também é controlada, o que faz ela poder ser exportada e agrega maior valor do produto”, explica a diretora de irrigação da Codevasf, Alessandra Cristina Rossini.

Para ela, as melhores condições de renda do produtor impactam toda a região. “A gente desenvolve uma série de cadeias na economia local, tanto no setor de hotelaria quanto em tecnologia e pesquisa. A gente tem parcerias com duas universidades federais e com a Embrapa. Além disso, o comércio é bem robusto, nós temos excelentes restaurantes”, completa a executiva da Codevasf.

Presentes na região desde 1985, os projetos de irrigação são responsáveis por cerca de 356 mil empregos diretos indiretos ou induzidos. Os principais cultivos são de uva, manga e banana. Dos 39 projetos de irrigação da Codevasf, 25 são financeiramente independentes. O abastecimento de água é custeado pelos próprios produtores rurais em associações privadas. De acordo com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, a

estatal deve, nos próximos anos, dobrar a área administrada.

“Começamos a trabalhar no São Francisco há exatamente 50 anos, junto com a nossa fundação. A Codevasf plantou aquela semente que gerou oportunidade para as pessoas. Petrolina, hoje, tem o IDH próximo ao da capital, Recife, e Juazeiro já tem o IDH próximo ao de Salvador. Tudo isso é fruto do desenvolvimento trazido pela irrigação, então é muito gratificante estar aqui constatando todo o sucesso que esses projetos geraram para o desenvolvimento regional”, afirma Moreira.

Segundo o presidente da estatal, os projetos permitem que pequenos agricultores tenha ganhos cada vez maiores e não sejam ofuscados por grandes produtores. “Temos as áreas destinadas, especialmente, aos pequenos produtores. Incentivamos esse público a trabalharem em associações e cooperativas, para que possam competir com os grandes produtores ou trabalhar junto a eles. É tudo um trabalho coletivo. Então, eles todos juntos formam o melhor conjunto para poder gerar o desenvolvimento e gerar empregos”, conta Marcelo Moreira.

A riqueza do Vale do São Francisco lembra os versos de Geraldo Azevedo, artista natural de Petrolina. É a comprovação de que o “Velho Chico” é repleto de possibilidades. “Muitos peixes, tantas vidas, das águas daquele rio podem se multiplicar. Além disso, quero mais: que as margens tenham de novo, suas matas originais”, canta o músico.

***A repórter viajou a convite da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)**

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Era de turbulências

Teve o “dia da libertação”, como o presidente Donald Trump chamou o aumento generalizado de tarifas sobre bens importados pelos EUA, seguido do “dia da retaliação”, que foi a resposta da China, e vão ter dias, semanas, meses e anos de sequelas da implosão abrupta do livre-comércio e da globalização das cadeias produtivas.

Nada será igual, ainda que Trump repita seu estilo de bater e, a depender das reações, dobrar a aposta ou recuar, pondo a culpa em que estiver à sua vista, ou negar o recuo, conforme seu estilo de usar adjetivos hiperbólicos, seja para se vangloriar ou atacar.

Foi o que fez ao anunciar as tarifas adicionais já há praticadas, o que no caso da China fará os 34% agora acrescentados passar de 50% para vários produtos, alegando que os americanos estão sendo “saqueados, pilhados, estuprados e depredados por nações próximas e distantes”, que negam ao país a “oportunidade de prosperar”.

Como muitas das ideias de Trump, segundo Eswar Prasad, professor da Universidade de Cornell e pesquisador do Brookings Institution, há mais que um fundo de verdade em suas alegações. “A China, por exemplo, aproveitou as regras da Organização Mundial do Comércio para obter acesso aos mercados de outros países, ao mesmo tempo em que limitou o acesso ao seu próprio mercado”, diz ele. “Pequim também usou subsídios extensivos e outras medidas [digo eu: roubar tecnologias no Ocidente] para impulsionar a competitividade global das empresas chinesas, inclusive, forçando suas rivais estrangeiras a entregar tecnologia.” Isso talvez se resolvesse negociando.

Mas, em vez de censurar as regras do comércio global, Trump, diz Prasad, escolheu explodir o sistema inteiro, sem distinguir rivais e aliados. China agora enfrenta tarifas recordes, tais como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Índia, que são fortalezas avançadas dos EUA frente à influência da China na Ásia. As alianças geopolíticas de longa data e mutuamente benéficas serviram para pouco. Ou nada.

Ninguém com um pingo de juízo espera que a era do livre-comércio retornará. A confiança foi rompida, por mais que Trump negocie as tarifas punitivas ou seja brando como foi com Brasil, tributado a 10% por ora de forma linear para tudo, de bananas a placas de aço.

Apudência recomenda a cada país rever o que faz na economia.

Desserviço das Polianas

Presta desserviço quem procura realçar supostas oportunidades que se abrem ao Brasil em meio ao caos tarifário — por exemplo, achar que a China comprará mais carne do Brasil, em vez de comprar dos EUA, ignorando o baque das exportações chinesas e as dificuldades que Pequim tem encontrado para trocar o seu modelo exportador de manufaturados pelo aumento do consumo interno. Todos vão pensar.

Com a economia movida pelo dinamismo exportador dos alimentos não processados e minérios brutos, que empregam pouco e recolhem menos impostos que outras atividades, há tempos se alerta, no Brasil, ao risco de priorizar programas de promoção do consumo, normalmente via crédito e, sobretudo, transferências de renda, deixando para o segundo plano o investimento na manufatura focada na inovação.

Confunde-se política industrial com facilitação do acesso a juro inferior ao de mercado para quaisquer setores, quando os programas bem-sucedidos no mundo contemplam áreas selecionadas onde há tanto condições de formação de quadros técnicos de excelência quanto de diferenciais tecnológicos — o caso chinês e indiano, que priorizam cadeias produtivas baseadas em recursos disponíveis. Tipo terras raras, na China, e gente com formação outstanding em ambos.

A expansão anos a fio de gasto público para lubrificar a demanda à revelia da construção da oferta e, dentro dela, de produção para valer e não montagem de partes e componentes importados — como se dá no setor automotivo, no eletroeletrônico, na informática —, é o que se tenta breçar com programas tipo “teto de gasto” e o tal “arcabouço fiscal”, em vez de atacar os problemas raiz.

Pouco, muito ou exagero?

O fato é que nosso modelo econômico, assentado em programas com a prioridade social na embalagem, e todos nasceram assim, mas com a intenção dissimulada de formar leilões cativos, não em ajudá-los a superar a pobreza, esgarçou-se, e continua avançando, levando à expansão contínua do endividamento público e da carga tributária.

Isso é tratado como distorção fiscal, “gastança”, segundo o termo preferido dos fiscalistas, quando o problema é estrutural.

Não se pode julgar normal que com população de 212,5 milhões de habitantes, sendo 110,1 milhões na força de trabalho e 67 milhões fora, pouco mais de 100 milhões recebam recursos do setor público. Desses, há 96,9 milhões de beneficiários (bolsa família, BPC, seguro defeso, aposentados do INSS etc.) e passa dos 100 milhões com a folha do funcionalismo federal, estadual e municipal.

O acompanhamento é do economista Fernando Montero, que o faz bem antes que alguém nos últimos governos atentasse para tal evolução. “Chama atenção o impressionante avanço do número de beneficiários dos programas de transferência de renda”, diz. Comparado a 2019, foram 21,6 milhões de novas rendas acrescidas a tais programas.

Isso indica que ou há emprego de menos ou os empregos vêm sendo ocupados por quem também recebe como se fosse desamparado social — os prestadores de serviços pagos via pix e na economia informal.

Sem tempo para enrolação

Tamanhos excessos da política ou politicagem talvez expliquem as notas sofríveis que parcela crescente do piso da pirâmide de renda tem dado às grandes lideranças dos partidos. O cidadão se viu com autonomia pelos seus meios, além de tratar os eventuais benefícios sociais como mérito e direito de sua condição, e não como favor.

Tal percepção, somada à rebordosa da ordem econômica global por Trump e avanços tecnológicos tornando obsoleto o modo de produção de setores inteiros, exige, nem que seja de má vontade, mudanças estruturais na governança econômica do país. Isso implica mudar a governança política e participação mais ativa do empresariado nas decisões. Não se terceiriza visão nacional. Ainda mais para quem, no Congresso, vê-se mais como despachante de causas impróprias que representante de algum segmento social ou corrente de pensamento.

Assim estamos e parte da sacudida se deve a Trump, ainda que à revelia de suas intenções. 2026 está ali e não se permite errar.